

DESIGUALDADES, RELAÇÕES DE GÊNERO E ESTUDOS DE JORNALISMO



LEONEL AGUIAR, MARCOS PAULO DA SILVA E MONICA MARTINEZ
ORGANIZADORES

1ª EDIÇÃO - SÃO PAULO/SP - BRASIL - 2018

Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está?

Claudia LAGO⁷²

Evelyn KAZAN⁷³

Manuela THAMANI⁷⁴

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Trabalhos recentes que se voltam ao estado da arte das pesquisas em Jornalismo em sua relação com os Estudos de Gênero (MARTINEZ, LAGO e LAGO, 2016; LAGO e MARTINEZ, 2017; NONATO e LAGO, 2017) indicavam “uma relação tênue” entre estes dois campos (BOURDIEU, 1990). Por outro lado, já apontavam para a possibilidade de consolidação desta relação, especialmente a partir de trabalhos de discentes de pós-graduação, disposição esta que parece estar se concretizando não apenas com a defesa de teses e dissertações, mas com o aparecimento de congressos específicos e dossiês temáticos na área da comunicação, bem como a incorporação dessa temática em congressos tradicionais. Também no âmbito profissional o universo das questões de gênero tem se feito presente, como indicam as campanhas contra o assédio, como o #deixaelatrabalhar, ou #jornalistasContraoAssédio, denunciando as contradições de uma profissão cada vez mais feminilizada (MICK e LIMA, 2013). Apesar deste movimento, um olhar exploratório inicial indica que as pesquisas ainda são tímidas ao focar as relações de gênero a partir de uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2002), tão cara à boa parte da produção do campo dos Estudos de Gênero no Brasil e na América Latina. Este artigo problematiza esta relação, investigando a produção discursiva na interface Jornalismo e Estudos de Gênero nos principais periódicos dedicados especificamente aos Estudos de Jornalismo (*Brazilian Journalism Research e Estudos de Jornalismo e Mídia*). Com isso espera-se não apenas identificar esta ausência, mas especialmente indicar teoricamente a importância e necessidade desse aporte para o enfrentamento das desigualdades que se perpetuam, atravessadas pelas construções de gênero.

Palavras-chave: Jornalismo; Estudos de gênero; Interseccionalidade; Raça-etnia; Classe social.

72. Cláudia Lago é professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA-USP. Email: claudia.lago07@usp.br

73. Evelyn Kazan é mestranda do PPGCOM da ECA-USP. Email: evelynmkazan@gmail.com

74. Manuela Thamani é mestranda do PPGCOM da ECA-USP. Email: manuelathamani@gmail.com

Gênero e jornalismo: ainda uma tênue relação?

Em 2016, Martinez, Lago e Lago apontavam para uma tênue relação entre os estudos de gênero e os estudos em Jornalismo. Analisando o banco de dados da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), de 2003 a 2014, constataram apenas cinco trabalhos que se referenciavam em alguma medida no sólido campo dos estudos de gênero. Posteriormente, Lago e Martinez (2017) analisaram trabalhos publicados de 2014 a 2016 nas revistas A2 da área. Desta feita o objetivo foi ampliar para a Comunicação como um todo e o foco foi o perfil de pesquisadores/as que se dedicaram à temática. Neste levantamento, encontraram 13 artigos que se relacionam com os estudos de gênero, envolvendo 17 pesquisadores/as, especialmente das regiões Sul e Sudeste. Perceberam também a predominância de artigos de alunos/as de pós-graduação em parceria com orientadores/as, estes/as últimos/as muitas vezes com pouca trajetória nestes estudos. Significativo também é a presença de estudos que parecem ser tangenciais aos/as autores/as e não seu foco principal de interesse.

Lago e Nonato (2017), analisando novamente a base de dados da SBPJor, desta vez os trabalhos apresentados nas comunicações livres dos congressos anuais da entidade, no período de 2014 a 2016, também apontam para a pouca presença desta relação entre pesquisa em jornalismo e questões de gênero. Mais ainda, identificam a quase inexistência, neste ambiente, de pesquisas que tragam à baila as questões étnico-raciais.

Até aquele momento, portanto, pesquisas sobre a mídia em geral e o jornalismo especialmente, não se detinham de forma significativa em relação às questões de gênero. Este quase silenciamento tem o efeito de se tornar gritante, se pensarmos que o Jornalismo é uma poderosa “tecnologia de gênero” (DE LAURENTIS, 1994; BENTO, 2010) que não apenas representa, mas opera a construção e circulação de representações de grupos, identidades, valores, com a visibilização de temas e sujeitos e invisibilização de outros. Que constrói versões naturalizadas de “homem/masculino”, “mulher/feminino”, das sexualidades possíveis e “corretas”, das formas de viver aceitáveis – e as não aceitáveis. Dos corpos “certos” e dos corpos desviantes, em todas as direções possíveis. E dos lugares aceitáveis para sujeitos e seus corpos, certos e errados⁷⁵.

75. Corpos negros, por exemplo, em uma sociedade racista como a nossa, são pouco aceitáveis em inúmeros espaços, devendo se restringir aos espaços da marginalidade; assim como corpos feminilizados também devem ser contidos – em que pese que as contenções variam a partir de recortes outros, como raça e classe.

Esta invisibilidade, no entanto, há pouco tempo tem se rompido com a explosão de pesquisas e do interesse pelos estudos de gênero e sexualidade, em movimento que os trabalhos anteriores citados já haviam antevisto. A discussão furou o telhado de vidro (com o perdão da metáfora) das pesquisas e ganhou amplitude, como pode-se observar, por exemplo, dentro de importantes congressos da área, que adotam a temática, ou a tangenciam, em seus encontros anuais (SBPJor 2017 e 2018, Abrapcorp 2018, Intercom 2018). Além disso, as pesquisas passam a ser visíveis também em periódicos importantes da área, que ou aderem diretamente ao tema, como a *Brazilian Journalism Research*, edição 2018/1, cujo dossiê foi “Gênero e Jornalismo”, ou, ao tratarem temas relacionados, abrem espaço para as discussões, como a *Revista Matrizes*, que no volume 10, número 3, de 2016, traz um tributo a Stuart Hall que discute a aproximação do feminismo junto aos Estudos Culturais.

Este “boom”, se é que podemos assim denominá-lo, também pode ser notado nos diversos congressos da área⁷⁶ que, nos mais variados níveis (da graduação à pós), têm observado um crescente em propostas que entrecruzam gênero, sexualidades e mídia e especificamente, gênero, sexualidades e jornalismo. Nesse caso, a maioria dos trabalhos parece ser de alunos/as e não de pesquisadores/as com carreiras consolidadas, salvo algumas importantes exceções que há anos dedicam-se ao cruzamento gênero e mídia. Mas esta onda provoca movimentos nos espaços de pesquisa, estimulando orientadores/as a incorporar essas perspectivas e obrigando a imersões para manter o diálogo com seus/as orientandos/as.

Como toda onda, no entanto, esta aponta para um futuro indefinido. Será que os estudos se consolidarão e ampliarão o escopo teórico-metodológico, assumindo a necessária relação com os estudos de gênero e sexualidade, tão importantes em outros campos de pesquisa no Brasil⁷⁷? Em termos atuais, qual a feição destes estudos quando realizados em relação com a Comunicação? E com o Jornalismo em particular?

Neste capítulo, pretendemos avançar na resposta à última indagação, partindo de um pressuposto: o de que as pesquisas são ainda tímidas em abraçar certas perspectivas dos Estudos de Gênero e Sexualidade e, especialmente, bastante incipientes ao incorporar a mirada interseccional, tão cara a estes es-

76. Esta afirmação está ancorada na percepção de uma das autoras (Lago), a partir de sua vivência como organizadora e parecerista de eventos científicos e publicações. É um tipo de “empíria selvagem”, termo cunhado por Heloisa Buarque de Almeida, renomada pesquisadora dos estudos de gênero, que, se não pode ser tomada como dado de pesquisa, tem sua validade como orientador de percepção e subsídios para hipóteses de trabalho.

77. Para pensar a produção em gênero e sexualidades no país, a partir dos dados da mais antiga publicação devota a esse campo, a *Revista Estudos Feministas*, ver Lago e Uziel, 2014.

tudos atualmente. Apesar de Ann Phoenix e Pamela Pattynama (2006) terem apontado nos anos dois mil que “interseccionalidade, é certamente uma ideia em processo de florescimento”, passada mais de uma década, observamos que interseccionalidade ainda é uma perspectiva analítica pouco aprofundada ao que tangem os estudos de gênero no campo da comunicação e do Jornalismo em especial.

Para pensar sobre isso nos debruçamos na produção sobre gênero nos dois principais periódicos dedicados às pesquisas em Jornalismo (Qualis B1), a *Brazilian Journalism Research (BJR)*, editada pela SBPJor, e a revista *Estudos em Jornalismo e Mídia (EJM)*, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Iniciamos a análise, contudo, indicando a perspectiva interseccional e o porquê de sua essencialidade.

A perspectiva interseccional

O termo interseccionalidade é atribuído à teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989), reconhecida por ter cunhado o conceito na década de 80. No entanto, a preocupação em interseccionar questões de gênero e étnico-raciais é bem anterior, sendo um dos seus marcos simbólicos o ano de 1851, no qual Sojourner Truth, mulher negra, fez seu famoso discurso intitulado “Não sou eu uma mulher?”, em uma convenção de direitos das mulheres em Akron, Ohio. Com pensamento contundente, ela diz:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?⁷⁸

Truth, já naquela época, estabelecia uma linha divisória que evidenciava que as mulheres, em que pesem serem oprimidas dentro das estruturas patriarcais, sofrem opressões de ordens distintas conforme outros importantes mar-

78. GELEDES. Sojourner Truth. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

cadores sociais. No caso, a raça.

Contextualizando a luta pelos direitos das mulheres, Angela Davis (2016) reforça que à época do discurso proferido por Truth as mulheres negras já “aspiravam ser livres não apenas da opressão racista, mas também da dominação sexista” (DAVIS, 2016, p.70). Ainda em seu debate exploratório e acadêmico, Davis (2016) nos mostra a evolução das nuances das opressões, em que apresenta a necessidade de se considerar a intersecção de raça, classe e gênero para ler e interpretar a realidade. Nessa perspectiva, declara que não existe hierarquização das opressões, e assim, mesmo sendo marxista, refuta o pensamento da esquerda ortodoxa, que defende a primazia da questão de classe sobre as demais opressões.

É ampla a contribuição das mulheres negras feministas estadunidenses para pensarmos as mulheres não como categoria única, e sim partindo de diferentes quadrantes. Esse debate não está, contudo, restrito a pesquisadores do hemisfério norte. A pensadora feminista brasileira Lélia Gonzalez (1984), em seu exercício de olhar a interseccionalidade para a construção de narrativas acadêmicas, nos apresenta uma discussão muito provocativa sobre opressão de saberes como produto de classificação racial da população. A autora explora como os privilégios social e racial podem gerar uma produção de conhecimento que é calcada em um racismo estrutural. Ou seja, uma contaminação do racismo estrutural no que é produzido enquanto reflexão científica sobre a sociedade, promovendo assim problemas epistêmicos.

Gonzalez (1984) refletiu sobre o modo pelo o qual os estereótipos ocorrem em relação à identificação das mulheres negras na sociedade: mulata, doméstica, mãe preta. E nesse sentido, produz discursos desestabilizadores da epistemologia dominante, estabelecendo um diálogo com os trabalhos de Linda Alcoff, que também atua na construção de uma epistemologia contra-hegemônica.

Em “Uma epistemologia para a próxima revolução”, Alcoff (2016) realiza um debate crítico em torno do qual contesta um certo domínio da discursividade ocidental, que vai desconsiderar os conhecimentos das parteiras, o saber médico dos povos colonizados, e mesmo a própria ontologia dos povos originários, questionando provocativamente a universalidade deste pensamento:

É realístico acreditar que uma simples “epistemologia mestre” possa julgar todo tipo de conhecimento originado de diversas localizações culturais e sociais? As reivindicações de conhecimento universal sobre o saber precisam no mínimo de uma profunda reflexão sobre sua localização cultural e social. (ALCOFF, 2016, p.131)

A perspectiva interseccional aponta para a necessidade de se perceber, em cada momento ou aspecto analisado, o cruzamento de várias discriminações e opressões que incidem sobre os sujeitos. O exemplo mais claro, sempre evidenciado, é o das mulheres negras, que sofrem o racismo e o sexismo. Mas outras vias podem se cruzar nesse processo, como a idade, o local de origem, a sexualidade – entrecruzamentos que criam realidades muito complexas e que precisam ser olhados nessa complexidade, sob pena de não se perceber fatores intervenientes que aguçam a vulnerabilidade dos sujeitos e dos grupos identitários.

A interseccionalidade, definida por Crenshaw (1989) como a interdependência das identidades e relações de poder é uma condição na nossa constituição como seres humanos. Não somos somente homens ou mulheres, mas também trans ou cis; idosos, adultos ou jovens; nos encontramos em determinada classe social; entre outras tantas dimensões da diversidade. A definição de Crenshaw dialoga com Hall (1987), que conceitua esse sujeito que «assume identidades diferentes em diferentes momentos» como sujeito pós-moderno, que vai se caracterizar, ainda segundo Hall, por não ter uma identidade fixa.

Parafraseando Beauvoir (1980), com o intuito de desestabilizarmos os “amadores de fórmulas simples”, a interseccionalidade é elemento fundamental a ser desenvolvido na *práxis* e na teoria, se almejamos explicitar as muitas possibilidades de composição de narrativas dos sujeitos sobre si e sobre o mundo. Essa é uma perspectiva que pode propiciar a construção de um olhar mais elaborado no campo da pesquisa científica. Em seguida, portanto, passamos a tentar identificá-la no corpus selecionado para análise.

Análise dos artigos na BJR e EJM

Como indicado anteriormente, selecionamos estes dois periódicos por sua centralidade na publicização das pesquisas em Jornalismo no Brasil. Com o auxílio das ferramentas de busca dos sites depositários do banco de dados dos periódicos, pesquisamos o aparecimento da palavra “gênero” em todos os indicadores de busca no período de 01 de maio de 2015 a 01 de maio de 2018. Com isso, obtivemos quatro textos na EJM e quatorze textos na BJR. Utilizamos apenas a palavra “gênero” porque nos interessava textos que estivessem realmente colados a essa perspectiva. Dos dezoito textos encontrados em um primeiro momento, excluímos três por não tratarem de gênero relativo aos

estudos de gênero, e sim à categorização de tipos de produção jornalística.

Com isto obtivemos um texto na EJM e quatorze textos na BJR. A desproporção deve-se ao fato da BJR ter publicado, em abril de 2018, um Dossiê específico sobre Gênero e Jornalismo, com doze textos. A tabela abaixo indica os textos e autores/as a publicação e a data e traz um pequeno resumo do texto:

Tabela 1 – Sistematização dos dados

Título	Autores/as	Revista/ Data	Resumo
Muita cena e pouca comunicação política? A Marcha das Vadias nos portais de notícias e a questão do reconhecimento	Kelly Prudencio, Carla Rizzotto, Michele Santos da Silva (sem menção das instituições das autoras)	EJM 2016	Enquadramento noticioso sobre as matérias sobre as principais mobilizações ocorridas no Brasil entre janeiro de 2013 e junho de 2014 sobre a Marcha das Vadias.
Análise de categorizações de pertencimento nos estudos de comunicação: um ensaio de metodologia aplicada	Adriana Braga (PUC-Rio), Edison Gastaldo (Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias) e Juliana Depiné Alves Guimarães (PUC- Rio)	BJR 2016	A partir do Projeto de Lei da Câmara 122, que objetivava incluir a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, faz uma análise de um texto de Carlos Apolinário, publicado no jornal Folha de S. Paulo. Nessa análise utiliza a metodologia da Análise de Categorizações de Pertencimento.
Gênero e mídias: autópsia de um jornalismo feminino em Burkina Faso	Lassané Yameogo Université Ouaga Pr Joseph KiZerbo (Burkina-Faso). Pesquisador do Centro de Pesquisa em Informação e Comunicação (ReSIC) da Université Libre de Bruxelles, Bélgica.	BJR 2017	Este artigo interroga sobre a dimensão de gênero no jornalismo em Burkina Faso, visando identificar os estereótipos e as práticas diferenciadas, presentes no processo de produção da informação, a partir de uma pesquisa qualitativa.
Um jornalismo "sui generis"?: visibilidade, identidades e práticas jornalísticas numa revista gay brasileira dos anos 1990	Ricardo Feitosa (UFPE/CAA).	BRJ Dossiê 2018	Análise dos discursos dos editoriais, reportagens de capa e dos leitores, publicadas entre janeiro de 1995 e março de 2000 na revista Sui Generis, da "imprensa gay".
O discurso das mulheres fotojornalistas: Desequilíbrio entre trabalho remunerado e maternidade como apelo profissional	Nathália Cunha Da Silva (UMESP). Elizabeth Moraes Gonçalves (sem instituição)	BRJ Dossiê 2018	Analisa as dificuldades entre o contexto produtivo da profissional fotojornalista paulistana e a maternidade, com base na dimensão cultural e histórica, tendo como objeto entrevistas com nove profissionais de fotojornalismo
A dispersão dos sentidos acerca da "lei anti-homofobia" nos jornais brasileiros: uma investigação com base na Análise de Categorização de Pertencimento	Juliana Depiné Alves Guimarães.(PUC-Rio)	BRJ Dossiê 2018	Analisar a cobertura jornalística do PL 122, a "lei anti-homofobia" com o método da Categorização de Pertencimento, categorizando os discursos jornalísticos sobre sujeitos LGBT, o projeto de lei, o homossexualismo e as instituições em confronto.

Erro, dúvida e jornalismo generificado: Um olhar sobre a cobertura de estupro a partir da reportagem “A rape on campus”	Karina Gomes Barbosa.(UFOP) e Ráfiza Varão (UnB).	BRJ Dossiê 2018	Relaciona as contribuições da teoria feminista ao jornalismo ocidental. Adota como objeto de análise o caso envolvendo a cobertura de um estupro "a rape on campus", publicada pela Rolling Stone e depois desdita pela revista.
O feminino no "livro de repórter": uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas"	Marcia Veiga da Silva (Unisinos) e Beatriz Marocco (Unisinos)	BRJ Dossiê 2018	A partir do depoimento de três jornalistas (Eliane Brum, Fabiana Moraes e Alexandra Lucas Coelho) busca refletir e repensar as práticas jornalísticas, especialmente em seu potencial transformador e democratizador na sociedade, ancorando o jornalismo na ótica de gênero
Direitos reprodutivos e jornalismo: o caso da Primavera das Mulheres brasileiras	Lais Cristine Ferreira (UFPE), Heitor Costa Lima da Rocha (UFPE) e Nataly de Queiroz Lima (Faculdades Integradas Barros Melo e Uninassau/Recife).	BRJ Dossiê 2018	Análise da cobertura da temática do aborto na chamada da “Primavera das Mulheres”, em novembro de 2015, utilizando como corpus as revistas Época e IstoÉ.
A cultura do estupro entra na pauta: a disputa de sentidos entre jornalismo e leitores do Diário Gaúcho	Pâmela Caroline Stocker. (UFRGS - recém doutora), Silvana Copetti Dalmaso (Centro Universitário da Serra Gaúcha, FSG).	BRJ Dossiê 2018	Examina o discurso dos leitores nos comentários contrários à veiculação e ao posicionamento da reportagem do jornal Diário Gaúcho que aborda o assédio urbano às mulheres.
Ativismo digital materno e feminismo interseccional	Andrea Medrado (UFF) e Ana Paula Muller (UFF).	BRJ Dossiê 2018	Análise da plataforma colaborativa Cientista Que Virou Mãe, especialmente sobre a importância do debate interseccional no ativismo materno, tendo como objeto texto publicado que gerou a discussão entre as leitoras.
Signo da relação e os desafios das narrativas jornalísticas sobre as LGBT	Gean Gonçalves (ECA-USP) e Cremilda Medina (ECA-USP).	BRJ Dossiê 2018	A partir da análise de livros reportagem que tratam a questão LGBT o texto problematiza os desafios para enfocar sujeitos LGBT com o devido respeito e "compreensão das dimensões de vulnerabilidade"
Respeita as minas!: análise discursiva sobre os desdobramentos da crônica “A estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha” do Correio Braziliense	Liziane Guazina (UnB), Dione Oliveira Moura (UnB), Fabíola Calazans (UnB) e Liliane Machado (UnB).	BRJ Dossiê 2018	Discute a produção da desigualdade de gênero pelo jornalismo e o processo de denúncia desse fenômeno nas redes sociais a partir da análise e os desdobramentos da publicação da crônica “A estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha”, publicada no Correio Braziliense.

Poder dos media e as políticas públicas: A construção mediática do tráfico de mulheres para exploração sexual	Rita Basílio de Simões (Universidade de Coimbra)	BRJ Dossiê 2018	Analisa a cobertura do caso Passerelle, o fechamento de uma cadeia de clubes envolvidos com o tráfico de mulheres. Faz uma ampla discussão do tráfico e do tráfico sexual especificamente, e também a relação entre tráfico sexual e "trabalho sexual".
Minas de luta na mídia: Enquadramentos e Percepções das Ocupações Escolares em São Paulo	Fernanda Castilho (FATEC), Richard Romancini (ECA/USP).	BRJ Dossiê 2018	Análise do enquadramento noticioso e da imagem das secundaristas, que participaram do movimento de ocupações escolares em São Paulo, nas notícias do jornal Folha de S.Paulo e no site Jornalistas Livres, com as percepções das próprias secundaristas.

Fonte: As autoras.

Apesar de não ser objeto do texto presente, algumas inferências da tabela podem ajudar a contextualizar o momento. A primeira é a tendência de crescimento em importância da temática, e o do Dossiê da *BJR* pode ser percebido como reflexo disso. Apesar da constatação de trabalhos de pesquisadores/as do nordeste e centro-oeste, e dois internacionais (Portugal e Burkina Faso), a maioria dos trabalhos é de pessoas do eixo sul-sudeste. Dos 15 trabalhos analisados, oito são de pesquisadores/as, em carreiras em diversos estágios de consolidação, que têm desenvolvido pesquisas junto aos estudos de gênero, enquanto os outros sete são produtos de parcerias entre pesquisadores/as com aderência ao campo e outros/as, sendo que destes cinco são produtos de relações de orientação.

A partir da seleção dos textos, realizamos uma leitura exploratória em cada um deles, buscando perceber as marcas de uma mirada interseccional. Tendo como horizonte metodológico a análise de conteúdo aos moldes de Bardin (2011), no entanto não nos detivemos em todos os processos sugeridos pela autora, basicamente nos restringindo à leitura flutuante que nos permitiu uma interpretação dos textos a partir de sua lógica interna.

Observa-se que os focos dos artigos são bastante variados, bem como as construções teóricas e metodológicas postas em circulação. Também são distintos em sua aderência ao campo dos estudos de gênero, com alguns em bastante diálogo, como o exemplo de *Minas de Luta na Mídia: Enquadramentos e Percepções das Ocupações Escolares em São Paulo*, e outros muito pouco, ainda dentro de uma perspectiva anterior, mais relacionada aos estudos sobre mulheres⁷⁹, como é o caso do texto O discurso das mulheres fotojornalistas ou ainda

79. Há uma larga bibliografia sobre a construção do campo de estudos de gênero. Martinez, Lago e Lago (2016), citado, fazem alguns apontamentos nesta direção

de Gênero e Mídias: autópsia de um jornalismo feminino em Burkina Faso.

Em relação à adoção da perspectiva da interseccionalidade, esta diversidade também aparece com extremos, como o texto *Ativismo Digital Materno e Feminismo Interseccional*, que tem a discussão como mote e o uso de bibliografia tradicional destes estudos, contrapondo a textos que ignoram a questão: *Respeita as minas!; Gênero e mídias: autópsia de um jornalismo feminino em Burkina Faso; A dispersão dos sentidos acerca da “lei anti-homofobia” nos jornais brasileiros; O discurso das mulheres fotojornalistas*. O texto *Minas de luta na mídia*, por sua vez, parte da discussão de gênero no contexto da interseccionalidade e pontua ao analisar a ausência da voz das meninas: “A ausência de voz parece ser ainda mais saliente – em razão inversa às situações de repressão documentadas pela mídia – quanto às jovens negras. Convém lembrar que a discussão de gênero, no contexto do qual falamos, deve considerar a interseccionalidade como importante variável...” (CASTILHO, ROMANCINI, 2018 p. 299), e especialmente no grupo focal, ressaltarem a perspectiva de estudantes negras e suas falas sobre a invisibilidade. De forma semelhante, no texto *Direitos reprodutivos e jornalismo interroga-se sobre intersecções, como expresso pelo trecho seguinte, em que se analisa a cobertura da revista IstoÉ*: “Em uma visão geral, é possível classificar a abordagem da revista como positiva quanto à importância dos direitos civis das mulheres e da igualdade de gênero. A narrativa é construída sob posicionamentos de mulheres da sociedade, incluindo a temática de raça” (CARDOSO, ROCHA e LIMA, 2018, p.174).

Outros textos, apesar de não se referirem diretamente à bibliografia que aponta para a perspectiva interseccional, a colocam como um pano (talvez um véu) de fundo. É o caso de *Muita cena e pouca comunicação política?*, em que a perspectiva aparece somente em um momento, e como caráter problematizador da Marcha das Vadias, na menção: “Marcha das Vadias não é consensual entre as feministas...de um lado o feminismo interseccional, de outro o posicionamento pautado na teoria *queer*” (PRUDENCIO, RIZZOTTO E SILVA, 2016, p.97). As autoras não discorrem sobre interseccionalidade para além dessa constatação da não unanimidade. Ou o caso de *“Um Jornalismo Sui Generis”*, em que a intersecção gênero e sexualidade aparece a partir de problematização explícita no corpus analisado quando, em alguns momentos, as leitoras lésbicas questionam a revista por voltar-se universalmente ao público gay, mas, na prática, enquadrar apenas gays homens⁸⁰, ou seja, evidenciando

80. Em uma discussão que até hoje perpassa o movimento, sobre a pouca visibilidade de outros sujeitos que não homens gays, e que se expressa, entre outros fatores, na discussão da nomenclatura do próprio movimento atualmente: LGBT, LGBTQI...

intersecções outras que, em última medida, desuniversalizam as sujeições. Na mesma linha, *O poder dos media e as políticas públicas*, apesar de não se referir especificamente à bibliografia e nem ampliar a discussão, em certo sentido aponta para a questão da intersecção quando enfoca a relação sociogeográfica envolvida no tráfico sexual, ou de *O Signo da relação*, que, ao abordar sujeitos em vulnerabilidade, pontua as possibilidades de intersecção, especialmente ao dar instruções da possibilidade de um tratamento jornalístico adequado a esses sujeitos: “O desejo de exercitar o olhar plural no cotidiano como forma de compreensão das desigualdades sociais por meio da busca pela diversidade e pelo cruzamento de diferentes marcadores de diferença (raça/etnia, nação/localidade, classe social, gênero, geração/idade, deficiência)” (GONÇALVES e MEDINA, 2018, p. 74). De forma bastante incipiente, por se tratar de um texto com proposta metodológica, *Análise de Categorizações de Pertencimento nos estudos de comunicação* também aponta em direção à perspectiva ao indicar que “esta perspectiva metodológica é operacional para as pesquisas sobre tópicos como gênero, sexualidade, etnia e identidade” (BRAGA, GASTALDO e GUIMARÃES, 2016, p.216).

Por fim, temos três artigos que, em comum, problematizam o Jornalismo a partir dos estudos feministas e de gênero e, ao fazer isso, prestam algum tributo a uma perspectiva ampliada, que pense e pese as possíveis intersecções. É o caso de *Erro, dúvida e jornalismo genereficado*, que ao citar Susan Harding lembra que classe, raça, cultura, crenças e pressupostos de gênero são constituintes do que o pesquisador apresenta como produto de sua investigação (e, por extensão, do que o jornalista apresenta). A mesma perspectiva é encontrada em *Feminino no livro de repórter* e em *A cultura do estupro entra na pauta*. O primeiro deles – ao focar um jornalismo possível a partir de uma objetividade feminista, aos moldes de Haraway (1995), em contraponto à objetividade androcêntrica do jornalismo ocidental – aponta para a necessidade de pensar um sistema que preveja a complexidade social (em direção à percepção e respeito às diferenças). O segundo, pensando o gênero como categoria analítica e teórico-epistemológica, frisa a importância de se pensar em outros marcadores como classe e raça, pois esses “estão articulados a regimes políticos de poder e saber formulados no âmbito do pensamento dominante, subordinados às normas sociais hegemônicas até hoje tomadas como ‘naturais’” (STOCKER e DALMASO, 2018, p.262).

Considerações finais

Este artigo já nasceu se sabendo provocativo. Gênero é assunto amplo e diz respeito a todas e todos nós. Comporta um leque variado de pessoas que existem no amplo espaço entre o feminino e o masculino. Ao se interseccionar com sexualidade, raça, etnia, classe social, faixa-etária e outros marcadores, gênero se configura em um olhar complexo, porém necessário, para o enfrentamento estrutural da nossa sociedade.

Há um crescimento de pesquisas em torno da temática “gênero” e muitas estão efetivamente ancoradas no campo dos estudos de gênero. Mas é ainda necessário que as/os pesquisadoras/es reconheçam que existem multiplicidades nesse objeto de pesquisa, ampliem a mirada interseccional na construção das narrativas acadêmicas.

Com já mencionado anteriormente, autores/as como Kimberlé Crenshaw e Stuart Hall são notadamente conhecidos por suas vastas contribuições no campo acadêmico, o último especialmente junto à Comunicação. E tão profícuos como Crenshaw e Hall, há outras mulheres e homens que trabalham com a mirada interseccional em suas pesquisas científicas, o que nos leva a questionar a possível hipótese para a baixa adoção do olhar interseccional: a inexistência de referencial teórico.

Quando iniciamos nossa pesquisa, tínhamos em mente que a perspectiva interseccional seria muito pouco explorada nos textos. Na verdade, descobrimos que ela é ignorada em alguns, mas está como pano de fundo em outros, sem ser efetivamente trabalhada. E a pergunta inicial, como acontece quando procuramos responder às perguntas, amplia-se: deixar de indagar sobre a presença da interseccionalidade para pensar nas condições de produção de pesquisas que olhem para além do que seus pesquisadores/as são capazes de perceber de imediato a partir de seus lugares. Pesquisas que iniciem com o questionamento, por parte de seus/as agentes, de seu lugar de produção de conhecimento.

Em seu livro *Ensinando a Transgredir, a educação como prática da liberdade*, Bell Hooks (2017), inspirada por Sandra Bartky, reflete sobre o comportamento feminista: “para ser feminista é preciso antes se tornar feminista”. Pensar questões de gênero ou até mesmo lamentar a condição da mulher não vai significar expressão de consciência feminista. É necessária uma mudança de comportamento para conseguir se aprofundar no assunto. Tal provocação nos inspira e nos leva a uma segunda hipótese: para ter uma mirada interseccional, é preciso

antes tornar-se interseccional? Isto é, há um processo para a construção dessa identidade que refletirá nas atitudes de pesquisa? E o que seria esse processo?

Estas perguntas estão por ser respondidas. Mais ainda, estão por ser colocadas como inquietações que ajudem a produzir pesquisas que não fechem os olhos para a complexidade do mundo social. Esperamos, com este texto, ter contribuído para situar e reforçar este incômodo.

Referências

ALCOFF, L. **Uma epistemologia para a próxima revolução**. Sociedade e Estado. Brasília, n.1, v.31, jan./abr.,2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/21425/15326>>. Acesso: 24 mai.2018

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo – fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BENTO, B. **As tecnologias que fazem o gênero**. In: Anais do VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero. Curitiba, UFTFPR, 2010. Disponível em http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E8_As_Tecnologias_que_Fazem_os_G%C3%AAneros.pdf. Acesso em: 20 mai. 2018.

BARBOSA, K.; VARÃO, R. **Erro, dúvida e jornalismo generificado: Um olhar sobre a cobertura de estupro a partir da reportagem “A rape on campus”**. Brazilian Journalism Research, v. 14, n. 1, p. 12-29, abril 2018. ISSN 1981-9854. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1049/pdf_1>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1049>>.

BRAGA A.; GASTALDO, E.; GUIMARÃES, J. D. A. **Análise de categorizações de pertencimento nos estudos de comunicação: um ensaio de metodologia aplicada**. Brazilian Journalism Research, v. 12, n. 2, p. 212-227, 2016. ISSN 1981-9854 Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/879/790>>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v12n2.2016.879>>.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CALAZANS, F.; GUAZINA, L.; MOURA, D. O.; MACHADO, L. **Respeita as minas!** Análise discursiva sobre os desdobramentos da crônica “A estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha” do Correio Braziliense. Brazilian Journalism Research,

v.14, n.1, p.232-255, abril 2018. ISSN 1981-9854. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1067/pdf_1>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1067>>.

CASTILHO, F.; ROMANCINI, R. **Minas de luta na mídia**: Enquadramentos e Percepções das Ocupações Escolares em São Paulo. *Brazilian Journalism Research*, v.14, n.1, p. 282-305, abril 2018. ISSN 1981-9854. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1054/pdf_1>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1054>>.

CRENSHAW, K. 1989. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum* 1989:139-167

CRENSHAW, K. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n.1, pp 171-188. Florianópolis:UFSC, 2002.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo. 2016

DE LAURENTIS. **“A tecnologia de gênero”**. In: HOLANDA, H. B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242

FEITOSA, R. **Um jornalismo “Sui Generis”?**. *Brazilian Journalism Research*, v.14, n.1, p. 78-107, abril 2018. ISSN 1981-9854 Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1046/pdf_1>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v13n3.2017.1046>>.

FERREIRA, L. C.; ROCHA, H. C. L.; LIMA, N. Q. **Direitos reprodutivos e jornalismo**: o caso da Primavera das Mulheres brasileiras. *Brazilian Journalism Research*, v.14, n.1, p.162-183, abril 2018. ISSN 1981-9854. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1070/pdf_1>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1070>>.

GONÇALVES, G.; MEDINA, C. **Signo da relação e os desafios das narrativas jornalísticas sobre as LGBT**. *Brazilian Journalism Research*, v.14, n.1, p. 56-77, abril 2018. ISSN 1981-9854. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1066/pdf_1> Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1066>>.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**, in *Psicanálise e Política*. Rio de Janeiro, C. S. P. K. Kemper. 1981

GUIMARÃES, J. D. A. **A dispersão dos sentidos acerca da “lei anti-homofobia” nos jornais brasileiros**: uma investigação com base na Análise de Categorização de Pertencimento. *Brazilian Journalism Research*, v.14, n.1, p. 108-137, abril 2018. ISSN 1981-9854. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1047/pdf_1>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1047>>.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARAWAY, D. **“Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva”**. Parcial. *Cadernos Pagu* 5, Campinas: Ed. Unicamp, vol. 5, pp. 7-41, 1995.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MAROCCO, B.; SILVA, M. V. **O feminino no “livro de repórter”**: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas”. *Brazilian Journalism Research*, v.14, n.1, p.30-53, abril 2018. ISSN 1981-9854. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1029/pdf_1>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1029>>.

MEDRADO A.; MULLER, A. P. **Ativismo digital materno e feminismo interseccional**. *Brazilian Journalism Research*, v.14, n.1, p.184-211, abril 2018. ISSN 1981-9854. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1055/pdf_1>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1055>>.

LAGO, C.; MARTINEZ, M. **Quem são e o que Estudam as-os Pesquisadores-as de Gênero na Comunicação**. In: *Anais do 13o Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11*. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499529493_ARQUIVO_LAGOEMARTINEZ.pdf>.

LAGO, M. C. S.; UZIEL, A. **Intersecções: Psicologia e Estudos de Gênero na Revista Estudos Feministas (2003-2014)**. *Labrys, études féministes/estudos feministas*. juillet/december/2014- julho dezembro/2014

MARTINEZ, M.; LAGO, C. e LAGO, M. C. S. **Estudos de Gênero na Pesquisa em Jornalismo no Brasil: uma tênue relação.** In: Revista Famecos v. 23, n. 2. Porto Alegre: PUC-RS, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/22464/14180>>.

MICK, J. e LIMA, S. **O Perfil do Jornalista Brasileiro.** Florianópolis, Insular, 2013.

NONATO, C. e LAGO, C. **A Pesquisa em Jornalismo no Brasil a Partir da Base de Dados da SBPJor (2014-2016).** In: Estudos em Jornalismo e Mídia, v 14, n.2. Florianópolis: PosJor, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/issue/view/2606>>.

PHOENIX, A.; PATTYNAMA, P. **Editorial: Intersectionality.** European Journal of Women's Studies, 13, 2006, p.187-192.

PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SILVA, M. **Muita cena e pouca comunicação política?** A Marcha das Vadias nos portais de notícias e a questão do reconhecimento. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 89-102, nov. 2016. ISSN 1984-6924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2016v13n1p89/32820>>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.5007/1984-6924.2016v13n1p89>>.

SILVA, N. C.; GONÇALVES, E. M. **O discurso das mulheres fotojornalistas: Desequilíbrio entre trabalho remunerado e maternidade como apelo profissional.** Brazilian Journalism Research, v.14, n.1, p. 212-231, abril 2018. ISSN 1981-9854. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1056/pdf_1>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1056>>.

SIMÕES, R. B. **O Poder dos media e as políticas públicas: A construção mediática do tráfico de mulheres para exploração sexual.** Brazilian Journalism Research, v.14, n.1, p. 138-161, abril 2018. ISSN 1981-9854. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1039/pdf_1>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1039>>.

STOCKER, P. C.; DALMASO, S. C. **A cultura do estupro entra na pauta: a disputa de sentidos entre jornalismo e leitores do Diário Gaúcho.** Brazilian Journalism Research, v.14, n.1, p. 256-281, abril 2018. ISSN 1981-9854. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1025/pdf_1>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1025>>.

YAMEOGO, L. **Gênero e mídias:** autópsia de um jornalismo feminino em burkina faso. *Brazilian Journalism Research*, v.13, n.1, p. 90-111, 2017. ISSN 1981-9854. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/download/1076/pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018. DOI: <<http://dx.doi.org/10.25200/BJR.v13n3.2017.1076>>.